

Notícias Sindicais, 14/07/14

Monitor Mercantil, 14/07/14

Emprego industrial recua mas folha salarial aumenta

O emprego na indústria caiu 0,7% em maio, na comparação com o mês anterior. É a segunda queda do indicador, que já havia recuado 0,4% na passagem de março para abril. O dado foi divulgado nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Industrial Mensal - Emprego e Salário (Pimes).

Na comparação com maio de 2013, a queda do pessoal ocupado na indústria foi ainda maior: 2,6%. Houve baixa no emprego industrial em 13 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE, com destaque para São Paulo (-3,7%), Rio Grande do Sul (-3,8%), Paraná (-4,0%) e Minas Gerais (-2,1%). Entre os 18 ramos da indústria pesquisados pelo IBGE, 15 reduziram percentual de pessoal ocupado na comparação de maio deste ano com o mesmo período do ano passado.

Os principais recuos foram observados nos segmentos de produtos de metal (-7,4%), calçados e couro (-7,9%), meios de transporte (-4,3%) e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-6,1%).

O emprego na indústria acumula quedas de 2,2%, no ano, e de 1,7%, em 12 meses. Por outro lado, a folha de pagamento real da indústria cresceu 1,9% de abril para maio. Na comparação de maio deste ano com o mesmo período do ano passado, o crescimento foi 1,4%. As altas acumuladas na folha de pagamento são 1,7%, no ano, e 0,9%, em 12 meses.

Portal da CUT

Ministro do Trabalho rebate informações da CNI e diz que não há qualquer movimento para suspender a NR 12

10/07/2014

Manoel Dias esteve reunido com representantes da CUT e demais centrais nesta quarta (9)

Escrito por: William Pedreira

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, afirmou em reunião nesta quarta (9) com representantes da CUT e demais centrais, que não existe qualquer compromisso de sua parte visando à suspensão da Norma Regulamentadora 12 (define procedimentos para a prevenção de acidentes no trabalho em máquinas e equipamentos industriais).

Pela CUT, participaram da reunião a vice-presidenta, Carmen Foro; o secretário-adjunto de Saúde do Trabalhador, Eduardo Guterra; o secretário-adjunto de Organização Sindical, Valeir Ertle, além dos representantes da Central na Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT) da NR 12, Mauro Soares (CNM) e Adilma Oliveira (CNQ).

Tal declaração coloca em cheque as recentes notícias divulgadas pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) cujo teor indicavam que o ministro Manoel Dias seria favorável a suspensão da NR 12.

As informações foram dadas logo após encontro em que a entidade patronal teve com o ministro na semana passada no mesmo momento em que acontecia uma reunião da CNTT da NR 12, responsável pelo acompanhamento dos procedimentos da norma e que possui, inclusive, papel deliberativo.

Os dirigentes CUTistas presentes afirmaram que houve uma reação muito forte por parte dos representantes dos trabalhadores na Comissão pela suspensão da reunião, e também da próxima, agendada para o dia 17, alegando atitude absolutamente incoerente da entidade patronal, o que levou o ministro a chamar os trabalhadores para conversar. Também informaram que Manoel Dias fez questão de enfatizar a importância do trabalho realizado pela CNTT da NR 12, bem como de todo o processo de negociação tripartite.

Todas as discussões sobre alterações ou criação de novas Normas Regulamentadoras são feitas na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) do Ministério do Trabalho e o acompanhamento da operacionalização é feito pelas CNTTs. Há um cronograma criterioso para a implantação da NR 12, inclusive com prazos flexíveis para que os empresários pudessem se adaptar as normas.

Dentro da CTPP foi deliberada uma nova redação com o objetivo de aprimorar as condições de fiscalização das máquinas, tanto nacionais quanto importadas, que não possuem dispositivos de segurança e são responsáveis por um grande número de acidentes. As empresas tinham prazos para substituir ou adaptar as antigas máquinas dentro dos padrões determinados pelas alterações. Os empresários não fizeram isso e, com o início da fiscalização, iniciaram uma forte campanha midiática contra a NR 12.

Números contabilizados pelo CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) entre 2011 e 2013 indicam mais de 172 mil acidentes com máquinas em geral. Do total, foram registrados 358 óbitos, mais de 10 mil amputações e 26 mil fraturas.

Segundo informaram os dirigentes CUTistas, os empresários, não satisfeitos em fazerem lobby no âmbito do Executivo, também estão patrocinando um decreto-legislativo para que a eficácia da NR 12 seja suspensa.

A CUT está fazendo um acompanhamento do projeto e está em contato com o deputado federal Vicentinho (PT-SP), para barrar esta proposta.

** A Norma Regulamentadora nº 12 foi atualizada em 2010 e estabelece "referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos."*

Portal da CUT

Vagner Freitas, defende sindicatos autênticos e livres em seminário do TRT, em Curitiba

11/07/2014

Presidente da CUT defendeu o fim do imposto sindical, do poder normativo da Justiça do Trabalho e a reforma política

Escrito por: Gibran Mendes, CUT-PR

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, participou na manhã desta sexta-feira (11) do seminário "Direito Sindical e Democracia – II", em Curitiba. Durante a sua palestra, Freitas defendeu uma reforma sindical, o fim do imposto sindical e a realização de uma reforma política para garantir uma representatividade efetiva da sociedade no poder legislativo.

"É preciso uma reforma sindical para os sindicatos sejam autênticos, livres e para que a tarefa da Justiça do Trabalho seja arbitrar o que há de conflitos entre as partes e não estabelecer o processo da negociação logo no início", afirmou Freitas.

"Nós reconhecemos a importância que a CLT tem para o Brasil. Agora, existem aspectos atrasados que precisam de reforma. Inclusive no modelo da sustentação financeira dos sindicatos e no poder normativo da Justiça do Trabalho. São estes dois artigos que a CUT questiona", defendeu o presidente.

A ausência de uma reforma sindical, sobretudo no que se refere ao imposto sindical, pode trazer sérios prejuízos para a livre organização dos trabalhadores e inclusive pode ameaçar o futuro dos sindicatos como instituições.

"Ou o Brasil se livra do imposto sindical ou acabamos com o sindicalismo brasileiro. Hoje você pode ter um sindicato e ter registro sem ter sequer um trabalhador filiado e mesmo assim você pode receber o imposto sindical de toda aquela categoria. Isso é um absurdo", enfatizou. Freitas também reforçou alguns dos princípios fundamentais da CUT, que acompanham a Central desde a sua fundação. "Liberdade e autonomia sindical, ratificação da convenção 87 da OIT, um sindicalismo autêntico construído a partir da organização do local de trabalho e por vontade do trabalhador", completou.

Para contextualizar a gravidade do problema, Freitas exemplificou com um caso ocorrido em um estado do Brasil que negocia para receber uma montadora. "Embora a montadora ainda não tenha se instalado, por mais incrível que pareça, já existe uma solicitação de sindicato sendo que nem há trabalhadores por lá. Precisamos dar um basta nisso", afirmou.

A reforma política também foi tratada com o um tema central pelo presidente nacional da CUT. Ele reforçou o chamado para que todos participem do Plebiscito Popular pela Reforma Política que está sendo organizado pelos movimentos sociais e outras entidades, como a OAB e a CNBB para melhorar a representatividade da sociedade nos espaços de poder, inclusive no poder legislativo.

"Não é verdade que o parlamento represente a sociedade brasileira, porque só é eleito quem tem condição financeira. Você pode não ter nenhuma capacidade ou viés de interesse social e público, mas se tiver R\$ 5 milhões você se elege deputado federal. Tanto faz o seu interesse, inclusive se for pessoal ou carreirista e sem nada a ver com o interesse da sociedade. Há uma quantidade ínfima de mulheres. Negros e negras não existem, índios e índias não existem. Existe apenas uma casta, branca, que regula as relações sociais", analisou.

Contudo, Vagner Freitas ressalta que a reforma não pode e não deve ser apenas eleitoral. É preciso avançar em outros conceitos. "Quando você elege um representante para o legislativo ou executivo, não está dando direito de decidir sobre suas vidas. Ele não é um tutor, ele é um representante. Mas a sociedade não tem condições democráticas de cobrar este cidadão ou cidadã que se elege", argumentou.

Por último, o presidente também falou sobre o que ele considera uma tentativa de impedir o direito de greve. Instrumentos, como o interdito proibitório, são criados com o claro objetivo de

minar este direito constitucional dos trabalhadores, inclusive no âmbito do poder público. "A maioria das greves que temos no setor público serve para abrir a negociação com o prefeito, com o governador, com o presidente. Trinta dias de greve para abrir a negociação. Porque a convocação 151 da OIT que garante a negociação foi entregue pelo Lula ao congresso está engavetada lá", recordou.

A presidenta da CUT Paraná, Regina Cruz, que também participou do seminário referendou as palavras de Freitas. "É preciso estabelecer a reforma política como uma prioridade da classe trabalhadora. Precisamos dar um basta nesta ausência de representatividade de diversos setores, como é o caso das mulheres que somam mais de 50% da população brasileira mas não chegam aos 9% de participação no congresso federal", finalizou.

Portal da CUT

Mais de 55 mil trabalhadores sofreram acidentes com máquinas em 2013

11/07/2014

Ao todo, 55.118 pessoas foram mortas ou incapacitadas por máquinas perigosas e desprotegidas.

Empresas resistem em cumprir e tentam suspender norma de uso

Escrito por: Alessandro da Silva e Vitor Araújo Filgueiras - Repórter Brasil

Todos os anos, milhares de trabalhadores brasileiros são mortos ou incapacitados por máquinas perigosas e desprotegidas. Em 2013, segundo dados das Comunicações de Acidentes de Trabalho ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), apenas 11 tipos de máquinas e equipamentos (como serras, prensas, tornos, frezadoras, laminadoras, calandras, máquina de embalar) provocaram 55.118 infortúnios, o que representa mais de 10% do total de 546.014 acidentes típicos comunicados pelas empresas no Brasil.

A Norma Regulamentadora Número 12 (NR 12), editada pelo Ministério do Trabalho (MTE), é o diploma jurídico a ser obedecido pelos empregadores brasileiros para evitar que esses acidentes aconteçam, contemplando as medidas essenciais para que seres humanos não se machuquem, incapacitem ou morram ao produzir os lucros dos seus empregadores.

Entretanto, parte das empresas brasileiras e suas entidades representativas não apenas tem resistido a cumprir a NR 12, como tem atuado em diversas frentes para tentar suspender a norma, o que acarretaria a perpetuação da carnificina verificada em nosso mercado de trabalho.

Empresas e seus representantes pedem mais prazos para continuar descumprindo a NR 12, mas não revelam que a norma existe há décadas, e sua atualização, em 2010, foi produto de negociação efetuada ao longo de anos e iniciada ainda na década de 1990, com a participação ativa e consentimento dos representantes empresariais.

A redação atual da NR 12 já está em vigor há quase quatro anos, e muito antes vigiam normas técnicas da ABNT e instruções normativas do MTE que incorporavam as exigências constantes na atual NR 12. Ou seja, além de ter sido negociada com a participação do patronato por anos, a redação de 2010 da NR 12 não traz novidades ao que já era tecnicamente previsto e aplicado pelas instituições regulatórias.

Permissão para acidentes?

Assim, ao contrário do que costumam fazer quando é conveniente para preservar seus interesses, alardeando e denunciando qualquer mudança nos instrumentos jurídicos que lhes beneficiam, agora empresas e suas entidades querem simplesmente rasgar o contrato que elas mesmas assinaram, materializado na NR 12.

Depois de tantos anos de amputações e mortes, qualquer adiamento ao cumprimento da NR 12, qualquer que seja o eufemismo adotado para designá-lo, efetivamente implicará a assinatura da permissão de acidentes, perda de entes queridos e sofrimentos de milhares de famílias dos setores mais vulneráveis da nossa sociedade.

Além disso, essa postura das entidades empresariais patrocina a concorrência espúria entre as empresas, pois mais de 4 mil empresas já regularizaram seu maquinário desde 2011, após interdição da fiscalização do Ministério do Trabalho. Isso também desmente a retórica vazia que vincula a NR 12 à preservação dos postos de trabalho, que na verdade não se relacionam com a proteção de vidas, tanto assim que as empresas continuam a operar normalmente após adequar seu maquinário.

Infelizmente, as entidades empresariais optaram por atacar a NR 12 para maximizar lucros de curto prazo de forma predatória, em vez de promover a concorrência leal e a evolução do mercado de trabalho brasileiro para um ambiente com menos mortes e sofrimento.

Portal da CUT

Metalúrgicos do Rio Grande do Sul intensificam mobilização para garantir aumento real de salário

11/07/2014

Data-base é 1º de maio, mas setor de metalurgia ainda não apresentou proposta que garanta ganho acima da inflação

Escrito por: Solange do Espírito Santo - CNM/CUT

Metalúrgicos de várias regiões do Rio Grande do Sul intensificaram sua mobilização de campanha salarial para pressionar os empresários do setor de metalurgia a apresentarem proposta decente de reajuste salarial. A data-base da categoria é 1º de maio e até agora as negociações com este setor não avançaram.

Na quarta (9), mais de 1.600 trabalhadores do Distrito Industrial de Cachoeirinha (da base do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre) participaram de uma grande passeata. A manifestação reuniu metalúrgicos que trabalham em cinco empresas do Distrito: Parker, Fallgatter, Elster, Koch e Ecoplan.

E nesta quinta (10), foi a vez dos trabalhadores na Hidrojet, na capital gaúcha, protestarem contra a intransigência empresarial, paralisando suas atividades pela manhã.

Os metalúrgicos de Porto Alegre estão em estado de greve desde o último dia 3, quando essa proposta foi aprovada em assembleia geral da categoria.

Também em Sapiranga, os trabalhadores na Metalúrgica Loth atrasaram a entrada na fábrica em uma hora. Na véspera, o mesmo aconteceu na Metalsinos, quando 400 metalúrgicos ficaram do lado de fora da fábrica para reivindicar melhores salários e condições de trabalho. No início do mês, as mobilizações atingiram outras empresas, como a Dream Fitness.

Pressão por empresa

O presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Jairo Carneiro, informou que as mobilizações estão acontecendo em todas as regiões para que os trabalhadores no setor de metalurgia consigam encerrar sua campanha salarial. "Nos dois outros segmentos – reparação de veículos e máquinas agrícolas – a campanha foi encerrada com sucesso e os metalúrgicos asseguraram aumento salarial de 8%", destacou, lembrando que o INPC de maio foi de 5,81%.

Segundo o sindicalista, uma maneira de pressionar a entidade patronal do setor tem sido buscar acordos por empresa. "Em Canoas, por exemplo, 75% dos trabalhadores na metalurgia já asseguraram reajuste de 8%, graças às mobilizações que asseguraram acordos por fábrica", assinalou Carneiro.

O presidente da Federação explicou ainda que praticamente em todo o Estado os metalúrgicos estão em campanha salarial. "O setor de metalurgia está presente em toda base. E, além disso, há sindicatos que estão começando agora a campanha, como o de São Leopoldo, cuja data-base é 1º de julho", ressaltou.

Portal da CUT

MTE confirma audiência com servidores para discutir a criação do Sistema Único do Trabalho

11/07/2014

Expectativa da Condsef é de que a partir dessa audiência se instale um processo efetivo de negociação e um diálogo permanente no âmbito do Ministério

Escrito por: Condsef

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) confirmou uma audiência para o dia 16 deste mês com a participação da Condse e Fenasps. A audiência foi solicitada pelas entidades para discutir a intenção do governo em criar um Sistema Único do Trabalho (SUT) que pode alterar profundamente a estrutura funcional do ministério. [Veja aqui](#) a minuta do projeto. A expectativa é de que o ministro Manuel Dias participe do encontro. A Condsef já encaminhou convocatória para participação nessa audiência dos representantes do departamento do MTE (Demitre) na entidade. A expectativa é de que a partir dessa audiência se possa instalar um processo efetivo de negociação e um diálogo permanente no âmbito do MTE, como o próprio ministro reconheceu ser necessário.

O pedido de audiência foi motivado pela notícia da publicação de um memorando que seria o esboço de um projeto de lei para criação do SUT que, em síntese, muda as funções e atribuições das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs). As entidades se espantaram ainda com a informação de que o conteúdo do projeto é fruto de um grupo de trabalho elaborado com participação dos servidores do MTE, citando os problemas oriundos do exemplo conhecido dos servidores da Saúde que foram cedidos a estados e municípios.

Este é um momento em que é essencial a atenção e mobilização dos servidores do quadro do Ministério do Trabalho e Emprego. Diante das circunstâncias é preciso atenção redobrada. Será fundamental que haja pressão necessária para assegurar que as SRTEs se fortaleçam enquanto

órgão para continuar a cumprir com todas as competências estabelecidas por Lei para defesa e fiscalização dos direitos de todo trabalhador brasileiro.

Portal Gestão Sindical

Cesta Básica e ICV de junho/2014

11/07/2014 por Dieese

Valor da cesta básica recua em 10 capitais

Em junho, os preços do conjunto de bens alimentícios essenciais diminuíram em 10 das 18 capitais onde o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - realiza mensalmente a Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos. As maiores quedas foram registradas em Belo Horizonte (-7,33%), Campo Grande (-4,55%), Porto Alegre (-4,00%) e São Paulo (-3,25%). As altas mais expressivas foram observadas no Norte e Nordeste: Manaus (6,08%), João Pessoa (3,43%), Aracaju (2,45%) e Recife (1,53%). Florianópolis foi a única capital do Sul que apresentou aumento no valor da cesta (0,98%).

São Paulo foi a cidade onde se apurou o maior valor para a cesta básica (R\$ 354,63) e apresentou a quarta maior variação negativa (-3,25%) em relação a maio. A segunda maior cesta foi observada em Florianópolis (R\$ 353,76), seguida por Porto Alegre (R\$ 351,36). Os menores valores médios da cesta foram verificados em Aracaju (R\$ 247,64), Salvador (R\$ 278,97) e João Pessoa (R\$ 281,70).

Com base no custo apurado para a cesta de São Paulo e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em junho deste ano, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.979,25, ou seja, 4,11 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 724,00. Em maio, o mínimo necessário era maior, equivalendo a R\$ 3.079,31, ou 4,25 vezes o piso vigente. Em junho de 2013, ficava em R\$ 2.860,21, 4,22 vezes o mínimo da época (R\$ 678,00).

Variações acumuladas

No acumulado dos primeiros seis meses de 2014, as 18 capitais apresentaram alta no valor da cesta básica. As maiores elevações ocorreram em Aracaju (14,24%), Recife (11,92%) e Brasília (11,86%). Os menores aumentos foram verificados em Belo Horizonte (2,43%), Campo Grande (2,62%) e Salvador (5,22%).

Em 12 meses - entre julho de 2013 e junho último, 16 cidades tiveram variações positivas, com destaque para Florianópolis (15,07%), Curitiba (12,84%) e Rio de Janeiro (10,79%). As retrações ocorreram em João Pessoa (-1,32%) e Aracaju (-0,17%).

Cesta x salário mínimo

Em junho, para comprar os gêneros alimentícios essenciais, o trabalhador remunerado pelo salário mínimo precisou realizar, na média das 18 capitais pesquisadas, jornada de 96 horas, tempo inferior às 96 horas e 51 minutos registradas em maio. Em relação a junho de 2013, a jornada comprometida este mês também foi menor, já que naquele mês foram necessárias 97 horas e 22 minutos.

Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em junho, 47,43% dos vencimentos para comprar os mesmos produtos que em maio demandavam 47,85%. Em junho de 2013, o comprometimento do salário mínimo líquido com a compra da cesta era maior e equivalia a 48,11%.

Comportamento dos preços

Em junho, os recuos dos preços da cesta básica foram influenciados principalmente pelos seguintes produtos: feijão, batata, óleo de soja, banana e tomate. Carne, leite e arroz apresentaram aumentos na maioria das capitais. O feijão preto (pesquisado nas cidades do Sul, Rio de Janeiro, Vitória e Brasília) e o feijão cariquinho (pesquisado no Norte, Nordeste, Campo Grande, Goiânia, São Paulo e Belo Horizonte) apresentaram recuos de preços em todas as cidades, exceto em Brasília, onde o valor aumentou 0,57%. As maiores retrações foram registradas nas localidades em que se coleta o feijão cariquinho - Campo Grande (-14,01%), Natal (-12,35%) e Belo Horizonte (-11,70%). Em 12 meses, as elevações foram verificadas onde se pesquisa o feijão preto: Florianópolis (22,93%), Rio de Janeiro (11,87%), Porto Alegre (2,99%), Curitiba (2,42%) e Vitória (1,56%). Apenas em Brasília o preço do produto apresentou redução (-2,89%). Para o feijão cariquinho, nos 12 meses, houve retração de valor em todas as localidades, com destaque para Recife (-48,92%), Natal (-46,85%), João Pessoa (-45,84%), Aracaju (-45,49%), Fortaleza (-45,22%), Goiânia (-44,74%), Campo Grande (-44,51%), Belo Horizonte (-42,75%) e São Paulo (-42,13%). Oferta expressiva do grão explica a redução dos preços do produto. A batata teve redução de preços em

todas as cidades onde é pesquisada, com variações entre -16,09%, em Belo Horizonte, e -3,85%, em Curitiba. Em relação a junho de 2013, as quedas oscilaram entre -33,08%, em Campo Grande, e -6,59%, em Florianópolis. A safra das secas, nas regiões de Curitiba, São Mateus do Sul, Irati e Ponta Grossa (PR), Ibiraiaras (RS) e Sul de Minas Gerais seguem intensas e abastecendo o mercado interno desde maio. O preço do óleo de soja diminuiu em 11 cidades e aumentou em seis. As maiores quedas foram observadas em Curitiba (-3,39%), Campo Grande (-3,33%) e Natal (-2,47%). Em João Pessoa, o preço ficou estável. Já as principais altas ocorreram em Aracaju (10,29%), Florianópolis (2,18%), Manaus (1,67%), Goiânia (0,71%), Rio de Janeiro (0,56%) e Brasília (0,33%).

Em 12 meses, o preço do produto aumentou em 14 cidades, com variações entre 11,36%, em Aracaju, e 0,28%, no Rio de Janeiro. Houve diminuição em quatro localidades, com destaque para a taxa de Campo Grande (-7,69%). O preço da soja tem se reduzido internamente, influenciado pela diminuição da cotação externa do grão e pela desvalorização do dólar em relação ao real. A produção de soja no país é recorde, apesar da quebra da produção paulista em virtude das condições climáticas. Estes fatores podem influenciar o comportamento do óleo derivado da soja. Já a banana apresentou redução de preço em 10 cidades. As taxas variaram entre -14,49%, em Campo Grande, e -0,27%, em São Paulo. Em Aracaju, o valor médio do produto não se alterou e nas demais cidades houve aumento, com destaque para Florianópolis (12,52%). Em 12 meses, a banana teve redução de preço em sete cidades, com variações entre -35,74%, em João Pessoa, e -2,81%, em Goiânia. Nas demais localidades, houve alta, com destaque para Campo Grande (86,32%), Belo Horizonte (52,90%) e Florianópolis (50,03%). Em Belém, foi anotada a menor variação (0,65%).

Em junho, o preço do tomate diminuiu em 10 cidades e aumentou em oito. No Norte e Nordeste (exceto Fortaleza, que apresentou queda de -5,57%), as altas oscilaram entre 3,45%, em Salvador, e 22,00%, em João Pessoa. No Centro-Sul, houve diminuição em todas as capitais (exceto em Florianópolis, que mostrou alta de 0,91%) e as maiores quedas foram registradas em Belo Horizonte (-32,59%) e Porto Alegre (-19,23%). Em 12 meses, as altas foram observadas em 13 cidades e chegaram a 45,77%, em Recife, 36,99%, em Salvador, e 30,14%, em Natal. Cinco capitais apresentaram diminuição no preço do tomate: Campo Grande (-15,29%), Brasília (-10,17%), Porto Alegre (-6,35%), Goiânia (-4,27%) e São Paulo (-2,88%). De um lado, houve problemas de produtividade nas safras de inverno em Araguari (MG), Mogi Guaçu e Sumaré (SP), devido a pragas, o que comprometeu a oferta de tomate e pressionou o preço em algumas capitais. No entanto, as colheitas do norte do Paraná e do Rio de Janeiro ocorreram de forma satisfatória, abastecendo o mercado nas regiões do Centro-Sul. A farinha de mandioca, pesquisada nas cidades do Norte e Nordeste, apresentou recuo de preço, com oscilações entre -11,14%, em Fortaleza, e -1,11%, em Belém. Em 12 meses, todas as cidades acumularam diminuições, exceto Salvador (8,73%), com destaque para a queda em Belém (-43,15%). Apesar de as chuvas reduzirem a oferta da raiz de mandioca, principal insumo da farinha, os preços vinham apresentando decréscimos e o ritmo de moagem seguiu lento, devido às baixas cotações da farinha no varejo. A carne bovina, produto de maior peso na cesta, apresentou alta em 14 cidades, em junho. As maiores altas aconteceram em Aracaju (5,76%) e Goiânia (4,59%). As reduções de preço foram detectadas em Curitiba (-1,63%), Natal (-1,26%) e Belo Horizonte (-1,04%). Em Vitória, o valor da carne não variou. Em 12 meses, todas as capitais tiveram aumentos, que variaram entre 23,89%, em Curitiba, e 3,31%, em Manaus. Os motivos que explicam o comportamento altista do preço da carne bovina de primeira são a oferta restrita de boi devido à estiagem do início do ano e o bom desempenho da exportação de carne. O leite in natura subiu em 12 capitais, variando entre 5,50%, em Manaus, e 0,43%, em Porto Alegre. O preço ficou estável em Fortaleza e São Paulo e apresentou diminuição em Brasília (-7,47%), João Pessoa (-1,33%), Campo Grande (-1,16%) e Vitória (-0,35%). Em relação ao ano passado, houve aumento em 15 capitais, exceto em Belo Horizonte (-0,81%) e Salvador (-0,33%). Em Porto Alegre, o preço não variou. Os maiores aumentos aconteceram em Florianópolis (21,06%), Aracaju (16,86%) e Manaus (10,04%). O período de entressafra do leite explica a diminuição da oferta do bem e o aumento de preço, apesar do desaquecimento da demanda, principalmente da indústria de derivados, pelas altas cotações do leite. O preço do arroz também subiu em 12 das 18 cidades pesquisadas. As maiores altas ocorreram em Curitiba (4,42%), em Belo Horizonte (2,58%) e Fortaleza (2,07%). As principais quedas foram registradas em Campo Grande (-1,35%) e Goiânia (-1,30%). Também em 12 meses, o preço do arroz acumula aumentos na maioria das capitais: em 13 cidades houve elevações que variaram entre 11,93%, em Natal, e 0,45%, em Porto Alegre. Nas demais capitais, houve recuo, com destaque para a taxa de Belém (-3,17%). Apesar de a cotação do arroz em grão estar desaquecida, devido ao ritmo lento das negociações, no varejo, há tendência de aumento do valor médio, uma vez que as indústrias, para atender às necessidades do mercado, ofertam o produto a preços mais altos.

São Paulo

Na capital paulista, a cesta básica foi a mais cara entre as 18 pesquisadas e custou, em junho, R\$ 354,63, apesar do recuo de -3,25% observado em relação a maio. A cidade teve a quarta maior queda no preço da cesta entre as cidades pesquisadas. No acumulado do ano, a alta foi de 8,37%. Já na comparação com junho de 2013, o aumento foi de 4,16%.

Em junho, cinco produtos da cesta aumentaram: café em pó (3,11%), pão francês (0,84%), farinha de trigo (0,67%), carne bovina (0,41%) e manteiga (0,24%). O preço do leite in natura integral não teve alteração, enquanto os demais itens tiveram redução de valor: tomate (-15,95%), batata (-12,89%), feijão carioca (-7,15%), açúcar (-1,08%), arroz agulhinha (-0,39%), óleo de soja (-0,33%) e banana nanica (-0,27%). Na comparação anual, oito itens apresentaram variações positivas e superiores à média da cesta (4,16%): banana nanica (24,54%), carne bovina (18,06%), farinha de trigo (15,13%), pão francês (9,66%), leite in natura integral (8,63%), arroz agulhinha (8,02%), café em pó (6,16%) e manteiga (4,23%). Os preços dos demais itens recuaram: feijão carioca (-42,13%), batata (-15,08%), tomate (-2,88%), óleo de soja (-2,61%) e açúcar refinado (-1,08%).

Devido à retração do custo da cesta no mês, o trabalhador paulistano cuja remuneração equivale ao salário mínimo necessitou cumprir, em junho, 107 horas e 46 minutos para comprar os mesmos produtos que, em maio, exigiam a realização de cerca de 3 horas a mais: 111 horas e 23 minutos. Em junho de 2013, o tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta era maior: 110 horas e 28 minutos.

Em junho, o custo da cesta, em São Paulo, comprometeu 53,24% do salário mínimo líquido, isto é, após os descontos previdenciários. Em maio, o percentual exigido era maior, de 55,03%. Em junho de 2013, a parcela do salário mínimo líquido gasta com os gêneros alimentícios correspondeu a 54,58%.

(*) Gráficos e tabelas disponíveis em

<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2014/201406cestabasica.pdf>

(**) Veja também dados sobre o ICV em

<http://www.dieese.org.br/analiseicv/2014/201406analiseicv.pdf>

Organizado por Ernesto Germano